



Dossiê 2019/02 – Revista: NANDUTY (PPGAnt/UFGD)

Dossiê: Saberes feministas: solidariedades Sul/Sul

Coordenadoras científicas do Dossiê:

Teresa Cunha: Centro de Estudos Sociais- Universidade de Coimbra/Portugal.

Claudia Cristina Carvalho: Universidade Federal da Grande Dourados/ Brasil.

Luciana Moreira: Centro de Estudos Sociais- Universidade de Coimbra/Portugal.

SABERES FEMINISTAS. SOLIDARIEDADES SUL/SUL: UMA INTRODUÇÃO

As Epistemologias do Sul (SANTOS, 2018) são um campo teórico que tem três premissas principais: A primeira é que o pensamento moderno ocidental é arrogante e indolente. É arrogante porque se vê a si mesmo como o único conhecimento válido e, portanto, universalizável. Ao adjectivá-lo de científico, e ao colocar este modo de fazer ciência no centro da busca das soluções para os problemas do mundo, destituiu todos os demais conhecimentos da sua relevância e potência transformadora positiva reduzindo-os a superstições ou a modos subalternos e hipotrofias da representação da realidade e da verdade. É indolente porque tem uma visão metonímica do mundo; toma a parte pelo todo e não se interessa em conhecer os seus próprios limites. Reconhecendo a incompletude de todos os conhecimentos, Santos afirma que a forma ocidental moderna de conhecer o mundo é apenas uma entre muitas e que ignorar ou negligenciar essa abundância cognitiva é um trágico desperdício de experiências (2002; 2007; 2014a). A segunda, é a que considera que o pensamento forjado no iluminismo europeu não reconhece os seus fracassos. As grandes utopias dos modelos de interpretação e de transformação que inaugurou, como a democracia liberal ou os direitos humanos, mostram hoje a sua exaustão e a sua incapacidade de promover a paz, a justiça e a equidade tanto a nível nacional como global. Ao contrário, em nome da democracia e dos direitos humanos, são declaradas guerras, são aniquiladas pessoas e culturas, destruídos territórios e a Terra juntamente com todas as suas manifestações de vida. Assim, se nega a esperança de que se pode imaginar e construir outro mundo onde prevaleça a máxima justiça e harmonia ecodependente. A terceira é que o aparato científico-filosófico saído desta tradição só se sustém através da criação e manutenção de linhas abissais (SANTOS, 2014; 2018). As linhas abissais são aquelas que criam um mundo de seres e de não-seres separados abissalmente. Aos primeiros atribui-se dignidade, história,



identidade, memória, cultura e poder criativo; os segundos são seres ontologicamente falhos onde prevalece a animalidade, a irracionalidade, a repetibilidade, a incapacidade de pensar o mundo e a vida como seus. Santos acrescenta que as linhas abissais separam as pessoas e os seus mundos através de um modelo colonial. De um lado estão as metrópoles onde prevalece a negociação e a regulação; e do outro, as colônias, onde impera a violência e a apropriação (SANTOS, 2018: 20-21). Ora, são essas linhas abissais que promovem e garantem a desigualdade ontológica, social e epistemológica. A lógica de poder que lhes é subjacente é a da invasão, guerra, conquista, ocupação, controle e exploração de territórios, corpos e identidades que não se conformem com os seus ideais de mundo e de conhecimento. Por isso a diversidade não é apenas um desafio ou um problema, é uma divergência. E, num sistema homogêneo, universal e desigual divergir é sempre um perigo que transforma as/os suas/seus protagonistas em alvos de aniquilação através da ação ‘salvadora-civilizatória’ que informa a visão colonial do mundo que continua a imperar.

As Epistemologias do Sul aspiram, pois, à sua própria inexistência. Elas defendem diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos disponíveis no mundo na busca da maximização da justiça para todas e todos, sem exceção, em harmonia com a mãe Terra e todas as demais manifestações de vida. Isto significa, pois, que a dicotomia entre Epistemologias do Sul, do Norte, ou de qualquer outro ponto cardeal, não fará mais sentido. Por outro lado, as Epistemologias do Sul assumem-se ainda como uma narrativa de esperança, ou seja, afirmam-se inconformadas com o exercício da crítica sem a construção de alternativas. Elas combatem ativamente o niilismo como modo de produção constante de distopia e da impossibilidade de agir e mudar o estado das coisas. As Epistemologias do Sul, que são também tributárias de Paulo Freire, nomeadamente da sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1974), nos convoca a trazer das ausências para as emergências aquilo que foi produzido como inexistência, silenciamento e invisibilidade. Possibilita-nos passar da reprodução bancária para a imaginação libertadora. É pois uma possibilidade para ampliar conhecimentos, para ler e captar as tensões e as desigualdades e perscrutar, nos seus-não-imperiais, toda a energia e sabedoria disponível para uma transformação concreta e urgente do atual estado das coisas. Partimos, pois, das Epistemologias do Sul, no entanto, o nosso objetivo neste dossiê é submetê-las a um escrutínio feminista.



Partilhamos a ideia de que não há justiça social sem justiça cognitiva (SANTOS, 2014; 2018). Contudo, este postulado, tal como está formulado, não capta nem tematiza, com a profundidade necessária, a complexidade da desigualdade das relações de poder existentes no mundo. Argumentamos que uma crítica feminista das Epistemologias do Sul nos obriga a afirmar que não há justiça social e cognitiva sem justiça sexual e de género uma vez que, tanto a justiça social quanto a cognitiva, não podem prescindir dos corpos que se declinam em identidades sexuais e de género que sobredeterminam, em grande medida, o seu lugar nas relações de poder que conhecemos. Além disso, considerando as identidades sexuais e de género presentes no mundo, sabemos que elas vão muito além do sistema binário dominante (PLATERO, 2012; SUÁREZ BRIONES 2014; MOREIRA, 2018). Assim, a nossa primeira proposta teórica é de inscrever nas Epistemologias do Sul uma chamada teórica que não invisibilise que todos os conhecimentos e sociedades são produzidos e habitados por corpos e identidades diversas e complexas que não podem ser descartados; que a justiça é a realização concreta de relações de autoridade partilhada entre estes seres sexual e genericamente existentes e pensantes. No entanto, a nossa preocupação neste dossiê é de colocarmos em evidência saberes, experiências, conhecimentos produzidos e alimentados por esses seres que se auto-representam como mulheres, ou que não se identificam com o sistema binário baseado na heteronormatividade, e que, ao largo do planeta e do pensamento dominante de carácter ocidental, são aqueles que mais têm sido ocultados, discriminados e suprimidos. De facto, várias autoras, dentro dos feminismos, se dedicaram à análise do contrato heterossexual na sociedade como um mecanismo basilar da opressão sexual e de género. Nesse sentido, a heteronormatividade é entendida como um regime político e um dispositivo de controle dos corpos (WITTIG, 2006; OCHY, 2013).

Ora, a crítica feminista das Epistemologias do Sul que nos propomos levar a cabo permite pôr em destaque que a proliferação de dicotomias, com base na oposição subalternizadora entre quem se representa (ou se vê representada) feminina e quem se representa (ou se vê representado) como masculino, tem mantido o viés estruturalmente sexista do pensamento moderno ocidental. Isto significa que estas relações de poder, com base na ideia de sexos opostamente desiguais (MOUFFE, 1996; BUTLER, 2008), são criações do pensamento abissal que se manifestam das mais variadas maneiras nas esferas da vida material e simbólica nas sociedades humanas. Por outras palavras, são linhas abissais aquelas



que estão reflectidas no sexismo, entendido enquanto sistema de disjunção e hierarquização entre feminino e masculino. Essa linha abissal entre o feminino e o masculino tem sido posta em causa em importantes obras inspiradas pelos feminismos e pela teoria queer e que evidenciam o carácter construcionista desses conceitos e o papel das performatividades de género na sua desconstrução (BUTLER, 1990; HALBERSTAM, 1998). Os textos de Cláudia Carvalho, Luciana Moreira e Luz Maria Galindo incluídos neste dossier também problematizam essa dicotomia binária. Com uma crítica feminista das Epistemologias do Sul torna-se possível distinguir, com maior clareza, que o pensamento moderno ocidental além de logocêntrico, porque considera todos os outros conhecimentos como atrasados, sem substância epistemológica ou meras derivações imperfeitas de si, tem duas outras características que queremos ter em consideração neste dossiê: o seu androcentrismo e antropocentrismo.

A modernidade ocidental gerou um pensamento androcêntrico. Isto significa que se apoia nos privilégios criados e mantidos pelos e para os homens que se veem a si mesmos como o centro e a medida de todas as coisas. Para além da criação de uma masculinidade agressiva, autoritária e dominadora esta racionalidade androcêntrica cuida, detalhadamente, da legitimação e manutenção dos seus poderes. Para isso, entre outras coisas, controla e explora os conhecimentos e os trabalhos levados a cabo pelas mulheres e invisibiliza e oprime as pessoas cujas vivências são alheias ao regime heterocissexual. Silvia Federici, na sua obra *Caliban y la Bruja* (2010), analisa, com detalhe, o colapso da economia feudal europeia e o surgimento da nova ordem capitalista que se consolidou com a expansão colonial da Europa. A autora explica que esta mudança paradigmática só foi possível porque se conseguiu separar os meios de produção das/os trabalhadoras/es, transformar os corpos em máquinas de trabalho e submeter as mulheres a uma função de reprodução da força de trabalho (2010: 85 e ss). Esta nova ordem, e a acumulação de capital que ela suscitou, implicou processos muito violentos que acarretaram a destruição dos poderes das mulheres, a desvalorização drástica dos seus conhecimentos, o extermínio de muitas delas, tanto na Europa como fora dela, e a reinvenção duma hierarquia com base no género, raça e idade que vieram a ser constituintes da dominação de classe (FEDERICI, 2010: 90). Ela afirma que o capitalismo não foi uma evolução dentro do sistema, mas sim a contra-revolução levada a cabo por senhores feudais, mercadores ricos, bispos e papas para submeter e destruir as lutas seculares por emancipação



das/os pequenas/os agricultoras/es, artesãs/ãos e trabalhadoras/es dos vários outros ofícios centrais à economia política da época (FEDERICI, 2010: 33-34). Isto significa que o paradigma ganhador inventou a mulher como a responsável, não paga e não reconhecida, pelos trabalhos que asseguram a infra-estruturação da vida e das condições necessárias para a produção e a conseqüente acumulação do capital.

Por outro lado, a transformação do trabalho numa mercadoria, que pode ser comprada e vendida teve como conseqüência uma mudança paradigmática sobre o conceito de trabalho e de economia. O trabalho foi entendido durante muito tempo como *o outro nome das atividades humanas* (POLANYI, 1957 [1944]: 72)¹ e que não pode ser desarticulado do resto da vida. Com a revolução industrial nascida na Europa este passa a denominar as atividades que podem ter valor de troca no mercado capitalista. Sendo assim, os trabalhos das mulheres, realizados fora da esfera industrial e do comércio, ou seja, no espaço doméstico ou da comunidade, uma vez que não são assalariados – não têm valor de troca no mercado - deixam de ser trabalho ou, quando muito, são considerados trabalho reprodutivo. No novo regime monetário, nascido com a hegemonia do capitalismo, só a produção-para-o-mercado é definida como ação criadora de valor. Deste modo, todas as outras atividades que sustentam a vida, desde a produção de alimentos e a sua transformação em comida, a manutenção do abrigo que protege e garante as condições de existência, os conhecimentos de cuidado e cura ou relacionados com manutenção da harmonia social em escala familiar ou comunitária, entre muitas outras tarefas e responsabilidades levadas a cabo pelas mulheres, passam a ser desconsideradas como trabalho. É nesse contexto que nasce a ideia da naturalização dos trabalhos do que se passou a chamar cuidado, como uma manifestação naturalizada de amor; amor regulado dentro da família nuclear, no e pelo espaço doméstico, onde o chefe de família, beneficiário do sistema patriarcal, é quem decide determinando as condições do presente, representando o futuro desejável e reinventando o passado que legitima todos os seus privilégios. É engendrada e implementada a linha abissal entre trabalho e o que começa a ser essencializado como destino e desígnio da feminilidade. Neste dossier, o artigo de Luz Maria Galindo aborda a problemática dos cuidados no âmbito das famílias homoparentais, que desafiam, em certa medida, as lógicas estabelecidas.

¹ Tradução das autoras.



O trabalho realizado na esfera da mercadorização das relações sociais, passa a ser pago, ainda que em muitos casos sob a forma de grande exploração, mas reconhecido é como tal; o segundo, é destituído de qualquer valor de troca e até de uso, sujeito a todas as formas de exploração, visíveis e invisíveis, e pensado como adesão voluntária a uma obrigação ancorada na desigualdade ontológica entre mulheres e homens. Como afirma Amaia Orozco (2014) a promoção de *uma ética reacionária do cuidado* está na base do contrato social moderno que continua a manter a obsessão pela conquista dos conhecimentos e dos corpos das mulheres reorganizando e reapropriando os seus modos de vida, as suas atividades, enfim, os seus trabalhos.

Esta análise sobre o trabalho e a sua mercadorização está limitada ao sistema capitalista e à sua propagação global a partir do século XVIII através do complexo sistema colonial que a Europa protagonizou e protagoniza. No entanto, a nossa crítica feminista ancorada nas Epistemologias do Sul alerta-nos que a sua existência e expansão não é totalmente hegemónica. Muitas sociabilidades e práticas ou ficaram de fora do capitalismo, ou foram pensadas e levadas a cabo em resistência e contra ele. Na realidade, em muitas e diferentes sociedades o trabalho continua a ser entendido de maneiras divergentes com o que foi gerado pelo capitalismo. Esta atenção epistemológica à diversidade conceptual presente no mundo é fundamental para pensar as alternativas a partir das nossas capacidades coletivas. Portanto, esta análise deve ser tida em consideração dentro de um contexto que é, sem dúvida dominante, mas não é uma totalidade. Muitas das experiências socio-econômicas levadas a cabo por muitas mulheres do Sul, esse lugar de sofrimento, resistências e alternativas, não apenas disputam a hegemonia totalitária das linhas abissais, como as subvertem.

A relação de oposição hierárquica entre, trabalho produtivo ou reprodutivo, trabalho produtivo e improdutivo, comércio formal ou informal, emancipação ou opressão, privado ou público, doméstico ou político, amor ou raiva, voz ou o silêncio, prisão ou fuga, género feminino ou género masculino, poder ou sujeição, rural ou urbano, tradicional ou moderno, sofrimento ou felicidade, é permanentemente desarticulada pelas ideias e experiências das mulheres e resulta num pensamento enunciado em outros termos. Para muitas delas, cozinhar, agricultar, comerciar, tecer, ensinar, curar, fazer medicamentos, armazenar, criar objetos que são mais do que objetos porque são produtos da sua criatividade e da sua arte ou definir metas para o seu negócio fazem parte do seu repertório diário de ação. Nem os espaços físicos, nem



os tempos, nem as habilidades e conhecimentos necessários e, muito menos, a consideração de que alguma destas atividades é produtiva, improdutiva ou reprodutiva são parte da sua maneira de pensar e fazer o seu mundo. Isso fica bastante claro nos textos de Jennifer Simpson dos Santos, Teresa Cunha, Luísa de Pinho Valle, Susana de Noronha e Júlia Arruda da Fonseca Palmiere et al. quando pensam a arte, a agricultura e/ou a vida como contínuos inseparáveis.

Nestas práticas e experiências distinguimos a força com que elas andam em cima da linha abissal e a corrompem criando espaços-tempo onde ela implode por não fazer mais sentido. Argumentamos, pois, como já temos vindo a fazer em outros textos (CUNHA, 2015; 2017; CUNHA; SOUSA, 2019; CARVALHO, 2017), que os trabalhos das mulheres – incluindo os que historicamente lhes têm sido atribuídos - são os mais produtivos de todos porque consideramos que são aqueles que alicerçam e alimentam a vida em todas as suas manifestações, a dignidade e a imaginação diária do futuro. É com base nesta discussão teórica que uma crítica feminista das Epistemologias do Sul contribui para dismantelar e ultrapassar a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo. Por outras palavras, consideramos que, todas as tarefas que as mulheres fazem ou escolhem realizar em qualquer esfera da vida, são todas, trabalho produtivo.

Torna-se clara, a nosso ver, a relação umbilical entre capitalismo e heteropatriarcado. Argumentamos que as Epistemologias do Sul assim como qualquer pensamento feminista só são radicalmente feministas quando oferecem um pensamento subversivo que questiona e põe em causa os restos do império colonial ainda presentes no sul e no norte e, com eles, os interesses dominantes que, em boa medida, são os interesses capitalistas dos homens do norte.

A segunda característica do pensamento moderno ocidental sobre a qual queremos refletir é o seu antropocentrismo. É antropocêntrico porque promove e justifica a extração e a exploração intensiva de todas as formas de vida e da natureza de modo a transformá-las em mercadorias que resultam em mais-valias convertíveis em lucro. Assim, são inventadas e implementadas fontes ilimitadas de acumulação de capital, privilégios e do uso da força e da coação.

O antropocentrismo constrói a realidade povoada por duas categorias de seres: os que têm dignidade ontológica e os que não têm. Por outras palavras, de um lado da linha temos os seres humanos, ou melhor, aqueles seres a quem é atribuída e reconhecida a plenitude da sua



humanidade – subsumidos na categoria de *ánthropos* [homem] - e do outro tudo o que não configure versões subsidiárias e controláveis por este universal masculino. É neste ponto que se apoia a ideia colonial do mundo a qual converte a terra, os territórios, as pessoas que lá habitam e tudo o mais em natureza. E, por natureza, entende-se entidades exteriores, derivadas e vazias, passíveis de conquistar, ocupar, possuir, dominar e explorar. A violência e a guerra são o modo de lidar com essas entidades que não possuem a densidade ontológica necessária à capacidade para existir, pensar e florescer (SEN, 2010) de forma própria e autónoma.

Polanyi (1957 [1944]) defendeu que se trata da invenção de um *outro nome para a terra*. Ele mostra como mercadorização da terra, leia-se também da natureza, e o fetichismo capitalista que se lhe seguiu, implicou tornar privada a riqueza multidimensional, e não mercantil, que essa entidade representou e representa para as sociedades humanas. A terra-natureza, em vez de ser entendida como matriz onde assentam as condições vitais da existência, é reduzida a paisagem ou recurso transacionável. O ciclo colonial moderno europeu transformou tudo isso em *coisas*, disponíveis e transacionáveis. Isto tem significado, por um lado, ciclos extrativos cada vez mais violentos e em maior escala (SVAMPA, 2013) e, por outro lado, permite separar a vida da economia, o trabalho dos modos de vida e as mulheres dos homens. Os abismos proliferam e as violências também.

Contudo, como mostram a experiência e a literatura, há abundância de conhecimentos e alternativas às desigualdades sociais contemporâneas que emergem desta racionalidade antropocêntrica. Entre várias correntes e outras obras destacamos o eco-feminismo (SHIVA, 2018; SHIVA; MIES, 1993; PULEO, 2013), as críticas feministas africanas ao desenvolvimento (ANNAN-YAO; NASHAW; ISHENGOMA, 2004; MACFADDEN; TWASIIMA, 2018); as alternativas criadas e geridas por mulheres no continente africano (CUNHA, 2011; 2015; CASIMIRO; SOUTO, 2010), e ainda a ética do cuidado e as economias do dom (VAUGHAN, 1997; BOFF, 1999). Todas estas reflexões, e as práticas que com elas se relacionam colocam no centro a vida e questionam a domesticidade como uma pura rendição que fica para além do económico. Consideram o trabalho do cuidado produtivo, a impossibilidade de pensar a terra como mera questão de propriedade e partem da ideia da centralidade da vida em todas as suas formas garantida pela reciprocidade e pela autoridade partilhada. Noutro registo, a filosofia uBuntu (RAMOSE, 1999; PRAEG; MAGADLA, 2014)



que, ao preconizar que ‘eu sou porque tu és’, anuncia uma ética de obrigações mútuas disjuntoras do individualismo que é tão central ao capitalismo e à exploração levada a cabo por ele. Por outro lado, a ideia de Sumak Qawsay, como Atawallpa Oviedo (2011) nos mostra, é uma cosmovisão onde a complementaridade não-hierárquica e a sobriedade organizam a vida social, política e económica de uma maneira contrária à apropriação da natureza e que mostra a importância de uma vascularidade social horizontal do viver bem. As economias camponesas, familiares e costeiras (SILVA, 2012; FERNANDES, 2012; CASIMIRO, 2018) que se organizam em ciclos de auto-sustento que são a matriz da sustentabilidade ambiental, são o contrário da voracidade extrativista neoliberal criando redes situadas e contextualizadas de apoio mútuo ao invés da imposição da macro-escala da economia global sem rosto. As economias solidárias com as moedas sociais, as empresas autogeridas, as cadeias de produção e comércio solidário, os mercados de troca (LUCAS DOS SANTOS, 2011) que se organizam e operam em torno dos princípios da mutualidade e das reciprocidades desiguais são formas de conseguir viver a abundância através de enunciados não-capitalistas onde preço e valor são continuamente desconstruídos para que o acesso aos bens e ao rendimento seja radicalmente democratizado. Para além destas há uma forte discussão académica das alternativas tratadas através dos conceitos de decrescimento, pós-desenvolvimento e transição sobre as quais Arturo Escobar (2015) fazem contribuições a partir de contextos, disciplinas e perspectivas diferentes. Relacionam e mostram os limites dos conceitos e das experiências que pretendem renunciar ao desenvolvimento capitalista sem, contudo, deixar de forjar outros horizontes de bem-estar e felicidade. Sobre estas questões podemos ler os textos neste dossiê de Luísa de Pinho Valle e Cristina Villar del Toríbio, que as exploram e analisam, de diferentes maneiras e a partir de diferentes contextos.

Destas propostas teóricas emergem questionamentos profundos sobre a violência epistémica da monocultura capitalista; a importância do grupo e das reciprocidades; o valor ético e político da sobriedade; a força dos laços – racionalidades matrimoniais – que colocam em causa a ideia da primordialidade da propriedade privada – racionalidade patrimonial; a abundância como uma economia política do desejo que subverte e substitui a voracidade do lixo gerado na sucessiva produção do instantâneo como modo de existência e de reconhecimento social; a diversidade epistemológica e de práticas; a imbricação entre a emancipação individual e coletiva; o princípio da não separação entre a economia e a



sociedade e esta e a vida; o encantamento pelas complementaridades; as potencialidades das escalas de proximidade. A crítica feminista das Epistemologias do Sul mostra que em todos os espaços, esferas de ação, tempos e empreendimentos as mulheres estão presentes trabalhando, pensando, criticando, criando e agindo. É, pois, razoável afirmar que não pode haver um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2001) que não seja profundamente feminista (CUNHA, 2019; CARVALHO, 2017; 2018).

Como se percebe, o androcentrismo e o antropocentrismo vão de par constituindo-se como duas faces da articulação dos três sistemas opressores e constitutivos da modernidade ocidental: o capitalismo, o colonialismo e heteropatriarcado. A crítica feminista da razão abissal tem, então, que compreender e ultrapassar o seu caráter androcêntrico e antropocêntrico para poder olhar a realidade e descobrir nela as emergências que apontam e prefiguram um outro mundo possível. Perante um mundo em que as soluções encontradas para os problemas se mostram incapazes e, muitas vezes, perigosas (RANDRIAMARO, 2018), precisamos de olhar e ponderar, de outra maneira, o mundo e os conhecimentos disponíveis. É a partir daqui, que a nossa proposta de uma crítica feminista das Epistemologias do Sul abre caminho a um horizonte cognitivo onde se possam inscrever e terem lugar, inesperadamente, outras narrativas e outros resultados não esperados e ditos em termos não convencionados pela modernidade e pós-modernidade de matriz ocidental.

Neste dossiê queremos dar especial destaque às solidariedades Sul-Sul de modo a visibilizar e melhor compreender os conhecimentos nascidos das lutas emancipatórias, das resiliências protagonizadas pelas mulheres e pelas pessoas que escapam à estrutura patriarcal e binária das relações de gênero. Reconhecendo a pluralidade epistemológica do mundo, tanto no interior das ciências como na relação desta com outros conhecimentos e, assumindo como raiz conceitual a uma ecologia feminista de saberes optamos por buscar reconhecer, valorizar e validar os saberes, as epistemes e as práticas sociais do mundo pensado e marcado pelas experiências de mulheres, mas também das masculinidades não hegemônicas e da diversidade sexual e de gênero (para além da matriz hetero(cis)sexual).

Este dossiê é composto por 11 artigos e 2 resenhas que cobrem várias abordagens metodológicas para a produção de conhecimento, e vários campos disciplinares – a sociologia, a antropologia, a ecologia política, psicologia, estudos feministas, estudos queer - pensados e escritos por pessoas de vários continentes. Os diálogos intertextuais entre os



diversos capítulos mostram o tecido epistemológico e crítico que as feministas, na sua diversidade, vão levando a cabo sem deixar de lado o horizonte fundamental que as une: a justiça sexual, cognitiva e social.

A conjuntura do processo de construção do acordo de paz da última década na Colômbia e seus alinhamentos com a produção de políticas públicas é discutido por Natalia Sánchez-Corrales, que parte das críticas feministas e poscoloniais às tendências universalizantes de fazer ciência, focando-se especificamente na educação para paz. Ao mapear os discursos dominantes e as relações de poder a eles subjacentes, a autora problematiza os dispositivos dos discursos que tornam possíveis a produção ativa de ausências e invisibilizações de conhecimento sobre a paz, enquanto, num sentido inverso, direciona o foco para práticas quotidianas emancipatórias.

O texto de Jenniffer Simpson dos Santos, ‘Dizer mostrando na experiência de realização de um documentário etnográfico’, é um exercício reflexivo sobre o documentário *Lutas Artesanais* como forma de elucidação do processo de luta das artesãs do Amazonas. *O propósito deste texto é o de pensar acerca dos diversos modos de dizer enquanto experiência incorporada.* A partir da sua experiência de co-construir narrativas a autora levanta uma questão epistemológica fundamental para todas as feministas: *eu já não sabia quem era a observadora e quem era a observada*, ou seja, se é plausível a dicotomia entre distância e proximidade na produção de conhecimento.

Cristina del Villar-Toríbio apresenta uma auto-etnografia sobre a sua experiência de realização de oficinas sobre cuidados com mulheres migrantes africanas na Andaluzia, Estado espanhol. Também neste caso a opção pela reflexividade sobre processos, experiência, aprendizagens co-realizadas em coletivos de mulheres é o ponto de partida para os questionamentos da autora sobre a essencialização da categoria ‘mulher’ e da naturalização da sua função como cuidadoras. Revela as contradições e também os limites que a organização das nossas sociedades e das políticas públicas impõem às muitas e diversas mulheres que vivem numa mesma cidade.

Numa abordagem de pesquisa-ação, Luísa de Pinho Valle compartilha suas vivências de doutoramento em curso: experiências, memórias e narrativas das mulheres da Aldeia de Campo Benfeito, região da Beira Alta, em Portugal. A autora, numa tessitura que une os conhecimentos científicos e não científicos, trama uma Ecologia Feminista de Saberes



pluriepistemológica que privilegia os ecofeminismos, a ecologia política, numa abordagem feminista pós-colonial e decolonial, demonstrando o engendramento de práticas e saberes transformadores de cuidado, pela e com a vida, por essas mulheres da Beira Alta e realizados na sua cotidianidade.

Susana de Noronha traz-nos a análise da experiência de diagnóstico e tratamento de um adenocarcinoma do endométrio vivida por Lua, uma mulher portuguesa e amiga da autora, numa combinação entre narrativa oral, antropologia e ilustração científica criativa - pintura e desenho etnográfico criados por elas e potenciados pelo uso da metáfora e da imaginação. A experiência de colaboração entre a autora do texto e Lua está marcada não apenas pela relação entre investigadora e entrevistada, mas acima de tudo confiança, cuidado e afeto envolvidos no processo e que levaram Lua a contar a história de uma experiência muitas vezes silenciada pelo seu caráter doloroso.

O que não se pode ver e dizer? Quem ainda não é vista e ouvida? Quais vidas estão nos bastidores, invisíveis e não podem compor o ato? O que dizem essas pessoas – mulheres negras – através de silenciamentos e cegueiras? São questionamentos postos no ensaio de Catia Paranhos Martins, ao interpretar algumas obras da artista Rosana Paulino, num diálogo feminista Sul-Sul. As vozes periféricas e subalternizadas, invisibilizadas e/ou emudecidas pela arrogância do pensamento único da modernidade ocidental, emergem como “arquivos vivos” de memórias ancoradas nos corpos negros genderizados e são como territórios políticos de suporte de existências e experimentações que questionam o projeto colonial-capitalista.

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere, Anita Guazzelli Bernardes, Giovanna Liz Oliveira Mantovani e José Francisco Sarmiento Nogueira, da Universidade Católica Dom Bosco, através das práticas artísticas, especificamente a batalha poética do Slam Carmélias e o teatro de rua da/na cidade de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), apresentam um texto de encontros e reencontros com a filosofia africana através da oralidade e das experiências de ocupação do Centro Histórico da cidade. Numa “corpografia”, realizam conversas intersubjetivas em movimento, convergentes com o pensamento (des)colonial e as lutas emancipatórias antirracistas, antissexistas, antiLGBTOfóbicas em arranjos de ocupação urbana.



O conceito de fronteira interior de Ann Laura Stoler serve a Teresa Cunha para pensar o filme da palestina Buthina Khoury *Maria's Grotto* e fazer uma crítica feminista ao conceito totalitário de nação que é dominante. Explorando as imagens e as palavras que constroem as três narrativas sobre três mulheres presentes neste filme, a autora pretende mostrar o quanto são complexas as 'comunidades imaginadas', que são as nações, e como a violência contra as mulheres as constitui.

A compreensão dos modos como operam as linhas abissais – abordagem teórica de Boaventura de Sousa Santos (2007) – é apresentada por Claudia Cristina Ferreira Carvalho e Luiz Augusto Passos, para refletir sobre a normatividade que regula o direito às ruas da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso (Brasil), a partir das experiências de luta, sofrimento e resiliência das travestis e mulheres cis que (sobre)vivem da rua como profissionais do sexo. Num diálogo com a crítica feminista das Epistemologias do Sul, o texto permite entrever os complexos amarrados interseccionais que há nas formas conjugadas de dominação que geram e gerenciam as linhas abissais – o colonialismo, o capitalismo e o heteropatriarcado; e também como essas lógicas operam sobre os corpos e as vidas de mulheres e travestis.

Luz Maria Galindo Vilchis toma como ponto de partida as epistemologias do Sul, a par de importantes referências feministas, para questionar o paradigma dominante da ciência moderna de invisibilização das tarefas de cuidado. Partindo do princípio que o conceito de família é uma construção sociocultural, a autora analisa a distribuição das tarefas domésticas e essencialmente do cuidado das crianças em famílias "lesbomaternais" e homoparentais no contexto mexicano, evidenciando por vezes a existência de práticas de reprodução do modelo heteronormativo, mas também de práticas mais igualitárias que favorecem uma reflexão crítica sobre a divisão sexual e de gênero.

Luciana Moreira reflexiona sobre o surgimento da teoria queer, ancorada nas tensões e nos diálogos das várias correntes feministas, mas também dos estudos pos-coloniais e decoloniais. As bifurcações e reuniões das várias correntes de pensamento são postas em diálogo de modo a discutir ainda a essencialização da categoria "mulher" e a necessária e emancipadora proliferação de sujeitos e de práticas que questionam a divisão binária do sexo e de gênero, bem como as possíveis alianças que se podem estabelecer na luta por uma sociedade mais justa a partir do cosmopolitismo insurgente.



Diogenes Braga Ramos apresenta a resenha da obra *Islã - religião e civilização: uma abordagem antropológica* de autoria de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto que, numa abordagem antropológica, tematiza o universo religioso e civilizatório do mundo muçulmano centrando suas análises nos elementos doutrinários e rituais do sistema religioso islâmico.

Por fim, Ana Carolina Santana Moreira, apresenta a resenha do livro *La Guerra Contra las mujeres*, da autora e antropóloga Rita Laura Segato, publicado em 2016. Temas como a centralidade de gênero, a pedagogia patriarcal, a crueldade e a guerra do femigenocídio, são algumas das questões problematizadas no livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAN-YAO, Elizabeth; NASHAW, Zenebe N.; ISHENGOMA, Christine G. 2004. *Gender, Economies and Entitlements in Africa*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA).
- BOFF, Leonardo. 1999. *Saber cuidar. Ética do mundo. Compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque/Londres, Routledge.
- BUTLER, Judith. 2008. 'Sexual politics, torture, and secular time'. *British Journal of Sociology*, 59(1): 13-23.
- CARVALHO, Cláudia Cristina F. 2017. *Os espelhos das exclusões radicais: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal*. Tese de Doutorado em educação. Universidade Federal de Mato Grosso.
- _____. 2018. Diálogos Sul-Sul: a hibridização das fronteiras abissais da violência de gênero em uma prisão feminina brasileira. In: GRANDO, Beleni Saléte; CUNHA, Lisani; FERREIRA, Waldineia. *Mulheres, Territórios e Identidades: Despatriarcalizando e Descolonizando conceitos*. Curitiba, CRV: 09-204.
- CASIMIRO, Isabel; DE SOUTO, Amélia. 2010. *Empoderamento econômico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- CASIMIRO, Isabel. 2018. Relatório da investigação sobre o PROGRAMA AGRIMULHERES, *Programa para o Aumento dos Rendimentos gerados e geridos pelas Mulheres Camponesas - 2017-2021* MOZDG 167. Maputo, WLSA Moçambique.
- CUNHA, Teresa; SOUSA, Vanessa. 2019. Epistemologías del Sur y las Economías de Ellas. La Cooperativa "Capuchinhas" de la Sierra de Montemuro. *Revista de Antropología Social*, 2(28): 324-344.
- _____. 2017. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. In: HERMIDA GONZÁLEZ, Xoán (coord.). *[Re]Pensar a democracia*. Compostela: Obencomún, pp. 101-134.
- _____. 2015. *Women in Power Women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*. Buenos Aires, CLACSO-CODESRIA-IDEAs.
- _____. (org.). 2011. *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*. Porto, Afrontamento.



- ESCOBAR, Arturo. 2015. Degrowth, postdevelopment: a preliminar conversation. *Sustainability Science*, (10): 451-462.
- FEDERICI, Silvia. 2010. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid, Traficantes de Sueños.
- FERNANDES, Raul. 2012. O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe da Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade'. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- FREIRE, Paulo. 1975. *Pedagogia do Oprimido*. Porto, Afrontamento.
- HALBERSTAM, Jack (Judith). 1998. *Female masculinity*. Durham, Duke University Press.
- MACFADDEN, Patricia; TWASIIMA, Patricia. 2018. A Feminist Conversation: Situating our Radical Ideas and Energies in the Contemporary African Context. *Feminist Reflections*, n.1, Friedrich Ebert Stiftung.
- MOUFFE, Chantal. 1996. *O Regresso do político*. Lisboa, Gradiva.
- MOREIRA, Luciana. 2018. Living Lesbian Relationships in Madrid: Queering Life and Families in Times of Straight Living Fossils. In: YARBROUGH, Michael W.; JONES, Angela; DEFILIPPIS, Joseph Nicholas (org.), *Queer Families and Relationships After Marriage Equality*. Londres/Novalorque, Routledge.
- OCHY, Curiel. 2013. *La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá, Impresol ediciones/Brecha lésbica/En la frontera.
- OROZCO, Amaia Perez. 2014. *Subversión feminista de la economía*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- OVIEDO, Atawallpa. 2011. *Qué es el Sumakawsay. Más allá del capitalismo y el socialismo. Camino alternativo al desarrollo. Una propuesta para los «indignados» y demás desencantados de todo el mundo*. Quito, Sumak Editores.
- PLATERO, Raquel (Lucas) (org.). 2012. *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- POLANYI, Karl. 1957 [1944]. *The great transformation. The political and economic origins of our time*. Boston, Beacon Press.
- PRAEG, Leonhard; MAGADLA, Siphokazi (eds.). 2014. *Ubuntu. Curating the Archive*. Natal, University of KwaZulu, Natal Press.
- PULEO, Alicia H. 2013. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Colección Feminismos. Madrid, Cátedra.
- RAMOSE, Mogobe B. 1999. *African Philosophy Through Ubuntu*. Harare, Mond Books.
- RANDRIAMARO, Zo. 2018. Beyond Extractivism: Feminist Alternatives for a Socially and Gender Just Development in Africa. *Feminist Reflections*. n.2, Friedrich Ebert Stiftung.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2014. *The Epistemologies of the South, Justice against Epistemicide*. Blouder/Londres, Paradigm Publishers.
- _____. 2018. *The End of the Cognitive Empire. The Coming of Age of Epistemologies of the South*. Durham/Londres, Duke University Press.
- SANTOS, Luciane Lucas dos. 2011. Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In: HESPANHA, Pedro; MENDONÇA, Aline (orgs.). *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina.
- SEN, Amartya. 2010. *A ideia de justiça*. Coimbra, Almedina.
- SHIVA, Vandana 2018. *¿Quién alimenta realmente el mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*. Madrid, Capitán Swing.
- SHIVA, Vandana; MIES, Maria. 1993. *Ecofeminismo*. Lisboa, Instituto Piaget.



SILVA, Teresa Cruz e. 2012. Fecharam o mar e o mato: Apontamentos sobre a luta pelo acesso a recursos. III Conferência Internacional: Gestão de Recursos Minerais e Naturais e sua Contribuição para o Desenvolvimento do país (Maputo). 5-7 de Novembro, MASC e IBIS, Maputo.

SUÁREZ BRIONES, Beatriz (Org.). 2014. *Feminismos lesbianos y queer: representación, visibilidad y políticas*. Madrid, Plaza y Valdés Editores.

SVAMPA, Maristella. 2013. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, (244): 30–46.

VAUGHAN, Genevieve. 1997. *For-Giving. A Feminist Criticism of Exchange*. Estados Unidos: Plain View Press.

WITTIG, Monique. 2006. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona/Madrid: Editorial Egales.